



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 070

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE JUNHO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

<b>DIÁRIO Nº 070</b>	
<b>59ª SESSÃO ORDINÁRIA</b>	
<b>SUMÁRIO</b>	
Mesa Executiva .....	02
Presenças .....	02
Abertura da Sessão .....	02
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	04
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	05
Dep. José Domingos Scarpellini ....	06
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini06	
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto.....06	
Liderança do PT	
Dep. André Vargas .....	06
Liderança do PMDB	
Dep. Dobrandino da Silva.....08	
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	10
<b>Discussão / Votação:</b>	
Redação Final .....	10
3ª Discussão .....	10
2ª Discussão .....	10
1ª Discussão .....	10
Requerimentos .....	16
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>16</b>

## DIÁRIO Nº 070

### 59ª SESSÃO ORDINÁRIA

#### 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2006

(terça-feira)

#### Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio

Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (36). Achnado-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Ademar Traiano, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Rafael Greca, Renato Gaúcho e Waldir Leite (17); e em viagem representativa o Sr. Deputados Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 1537**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 (três) Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 165/05, Mensagem Governamental 026/06, item 07, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1535**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1538**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar à família do Sr. Osmar Bertani, pelo seu falecimento ocorrido na data de ontem, 12 de junho, no município de Curitiba.

Do aprovado requer ainda seja enviado cópia à família enlutada e em nome de seu irmão Vereador Nelson Bertani, no município de Pato Branco, externando nossas sinceras condolências, no endereço: Rua João Pessoa, 1028 - CEP 85501-000, Pato Branco/PR.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É com imensa tristeza que soubemos do falecimento do amigo Osmar Bertani, irmão do companheiro Nelson Bertani, Vereador do município de Pato Branco. Osmar Bertani falecido na data de ontem, dia 12 de junho, em Curitiba, era casado com a Sra. Gorete Bertani e tinha dois filhos: Irineu e Loanda.

Osmar era agricultor na Comunidade de Independência, interior do município de Pato Branco. Homem trabalhador, pai de família responsável e de conduta ilibada, pessoa muito querida e de grande entrosamento com a comunidade, deixa o exemplo de humildade, trabalho e amor à família. Nesta hora deixa aos familiares e amigos um sentimento de dor e saudade irreparáveis.

O tempo e a distância jamais apagarão do coração de todos que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a lem-

brança de homem honesto, pai exemplar em sua família e em sua comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor dos familiares, externando votos de profundo pesar e de solidariedade, rogando a Deus para que lhes conceda o necessário conforto.

**REQUERIMENTO Nº 1534**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Prefeito do município de Curitiba, Beto Richa, e à Presidente da Fundação de Ação Social - FAS, Fernando Richa, pela implantação, no dia 12 de junho do corrente ano, da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil.

A importância da Comissão deve ser destacada pois visa cumprir o estabelecido no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual proíbe a adoção de crianças como mão-de-obra, antes dos 14 anos, destacando ainda que, esta é mais uma forma de se garantir os direitos das crianças.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 1536**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de louvor e congratulações ao município de Lapa e aos seus munícipes, pelo 237º aniversário de emancipação política e que seja ainda expedido ofício com o teor dessas congratulações.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 1539**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando alterações, conforme ofício e croqui elaborados pelo Conselho Comunitário de Segurança da Região Norte de Londrina, a fim de evitar acidentes quando estiver concluída a referida duplicação.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 1540**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do

Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de Sarandi, conforme requerimento 119/06, aprovado em 29/05/06.

Sala das Sessões, em 13.06.06.

(a) BARBOSA NETO

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 329/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a consignação em folha de pagamento do pessoal ativo e inativo dos Poderes Públicos do Estado do Paraná, seus órgãos e entidades, inclusive a Administração Indireta, de todos e quaisquer descontos destinados à cobertura de débitos decorrentes de empréstimos, financiamentos e operações financeiras assemelhadas.

Parágrafo Único. Excetua-se do disposto no *caput* deste artigo a consignação destinada à aquisição de casa própria do servidor ou pensionista.

Art. 2º Os descontos nos contracheques a título de consignação vinculada a empréstimos, financiamentos e operações financeiras assemelhadas, excetuadas aquelas previstas no parágrafo único do artigo anterior, poderão ser cancelados a pedido expresso do pensionista, servidor ou empregado interessado, mediante comunicação escrita à respectiva unidade de pessoal, ressaltando-se ao credor da consignação o direito de cobrança extrajudicial ou judicial de eventual saldo devedor aberto a partir do cancelamento.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.06.06.

(a) NEREU MOURA

### JUSTIFICATIVA:

Examinando a folha de pagamento dos Poderes Públicos do Estado do Paraná, seus órgãos e entidades, constata-se que os rentistas, bancos e suas organizações auxiliares, encontraram uma nova forma de usura sobre os servidores e empregados públicos: a consignação de débitos financeiros na própria folha de pagamento do Estado.

Trata-se de uma espécie de capitalismo sem risco, às custas da estrutura administrativa do Estado. Nessas consignações, o Estado assume indevidamente a condição de cobrador a serviço de instituições financeiras e seus agentes.

Por esse mecanismo, as instituições não precisam de cobradores, nem de estrutura administrativa, nem de caixas eletrônicos, nem de absolutamente nada, bastando-lhes obter um código junto às repartições do Estado e a partir desse código, obter desconto em folha,

de empréstimos abertos a servidores e empregados públicos.

Então, na data do vencimento, é o próprio Estado que reserva aos rentistas, bancos e suas organizações auxiliares, o desconto em folha e o pagamento da prestação, tudo na mais perfeita ordem e naturalmente às expensas da Administração Pública.

Fosse a cobrança exercida diretamente pelas instituições, estas teriam de suportar estruturas administrativas com pessoal, equipamentos, móveis, vigilância e despesas ainda com a própria cobrança pela via bancária. Mas, feita a operação pelo Estado ou, mais precisamente, são os contribuintes que devem suportar o negócio dos rentistas, bancos e suas organizações auxiliares.

E não apenas a isso se limita o inaceitável de ditas consignações em folha, na medida em que, após o aparente alívio inicial proporcionado por empréstimos usuários, o que surge hoje é uma legião de pensionistas, servidores e empregados endividadíssimos, que perderam o controle sobre seus vencimentos e proventos, feitos presas de um empréstimo após outro - e tudo sob às vistas e a complacência e cooperação da própria estrutura administrativa do Estado.

Demais disso, ilegal a cláusula que prevê o desconto direto em folha de pagamento. Isso porque o salário tem natureza alimentar, não se sujeitando a restrições.

Não por outro motivo é que constantemente tem decidido o Superior Tribunal de Justiça: (*grifamos*)

### Processo

RESP 250523/SP, Recurso Especial 2000/0021655-0

### Relator(a)

Ministro Ruy Rosado de Aguiar (1102)

### Órgão Julgador

T4 - Quarta Turma

### Data do Julgamento

19/10/00

### Data da Publicação/Fonte

DJ 18.12.2000 p. 00203 JBCC Vol.: 00187 p. 00366 LEXSTJ Vol.: 00141 p. 00194 RSTJ Vol.: 00145 p. 00446

### Ementa

Conta Corrente. Apropriação do saldo pelo banco credor. Numerário destinado ao pagamento de salários. Abuso de direito. Boa fé. Age com abuso de direito e viola a boa fé o banco que, invocando cláusula contratual constante do contrato de financiamento, cobra-se lançando mão do numerário depositado pela correntista em conta destinada ao pagamento dos salários de seus empregados, cujo numerário teria sido obtido junto ao BNDES. **A cláusula que permite esse procedimento é mais abusiva do que a cláusula mandato, pois, enquanto esta autoriza apenas a constituição do título, aquela permite a cobrança pelos próprios meios do credor, nos valores e no momento por ele escolhidos.**

Recurso conhecido e provido.

### Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Votaram com o Relator os Srs. Ministros Aldir Passarinho Júnior, Sálvio de Figueiredo Teixeira e Barros Monteiro. Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro César Asfor Rocha.

**Processo**

AGA 353291/RS; Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2000/0134906-6.

**Relator(a)**

Ministro Aldir Passarinho Junior (1110)

**Órgão Julgador**

T4 - Quarta Turma

**Data do Julgamento**

28/06/01

**Data da Publicação/Fonte**

DJ 19.11.2001 p. 00286 RT Vol.: 00798 p. 00240

**Ementa**

Civil e processual. Ação de indenização, danos morais, apropriação pelo banco depositário, de salário de correntista, a título de compensação de dívida. Impossibilidade. CPC, Art. 649, IV. Recurso Especial. Matéria de fato e interpretação de contrato de empréstimo. Súmulas nºs 05 e 07 - STJ.

I - A controvérsia acerca do teor do contrato de empréstimo e da situação fática que envolveu o dano moral encontra, em sede especial, o óbice das súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

**II - Não pode o banco se valer da apropriação de salário do cliente depositado em sua conta corrente, como forma de compensar-se da dívida deste em face de contrato de empréstimo inadimplido, eis que a remuneração, por ter caráter alimentar, é imune a constrições dessa espécie, ao teor do disposto no artigo 649, IV, da lei adjetiva civil, por analogia corretamente aplicado à espécie pelo Tribunal a quo.**

III - Agravo improvido.

**Acórdão**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, receber o recurso como agravo regimental e negar-lhe provimento, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Barros Monteiro e Ruy Rosado de Aguiar. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e César Asfor Rocha.

Pois bem, é nesse quadro que se insere e justifica o presente projeto de lei: em primeiro lugar, com vistas a proibir novas consignações em folha de pagamento do pessoal público de todos e quaisquer descontos destinados à cobertura de débitos decorrentes de empréstimos, financiamentos e operações financeiras assemelhadas,

preservando, porém, eventuais consignações destinadas à aquisição de casa própria do servidor; e depois, com vistas a assegurar aos interessados o direito de cancelar tais descontos, com expressa ressalva ao credor da consignação do direito de cobrança extrajudicial ou judicial de eventual saldo devedor aberto a partir do cancelamento.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estivemos participando, na semana passada, de uma audiência pública realizada no no Anfiteatro Maior do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, com a participação de representantes da Câmara Municipal, este Deputado representando os Deputados Estaduais da região de Londrina. E ali, sentimos realmente a situação de descaso que os professores das instituições de ensino superior estão sofrendo.

Sras. e Srs. Deputados, o salário de ingresso, hoje, na Universidade Estadual de Londrina para um professor, fora as titulações e outros adicionais, é de pouco mais de dois salários mínimos e meio, dois vírgula setenta e quatro salários mínimos, para ser mais justo.

Senhoras e senhores, 960 reais de piso salarial para um professor de nível universitário que tem a missão de formar aqueles que vão dirigir o país, que formam advogados, engenheiros, profissionais liberais, médicos e tantos outros valorosos profissionais, realmente é muito pouco. Eles merecem um pouco mais de respeito por parte do Governo. De todas as categorias, a única que ainda não teve um aumento salarial ou uma reposição é a classe dos professores das instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

Estamos protocolando um requerimento na manhã de hoje, solicitando à Secretaria de Ensino Superior e Tecnologia, que é comandada pela Secretária Lygia Pupatto, para que possa reverter essa situação. Ninguém melhor do que a ex-Reitora da Universidade Estadual de Londrina para compreender o momento difícil pelos quais estão passando os professores universitários do Estado do Paraná. Lamentamos o fato de a ex-Reitora não ter comparecido à audiência pública, não ter enviado um representante e muito menos ter dado alguma satisfação para os organizadores. Inclusive estaremos agendando junto à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, se assim for aprovado, um requerimento de nossa autoria, solicitando um espaço para que o Comitê que hoje defende os servidores nesta questão salarial possa vir aqui utilizar trinta minutos do Grande

Expediente para explicar a situação que estão sofrendo. É uma questão de justiça, uma questão de respeito, acima de tudo, não a este Deputado, não a qualquer outra entidade, mas à universidade de uma forma geral, não a Universidade Estadual de Londrina apenas, mas a todas as instituições de ensino superior. Realmente, essa categoria valorosa merece o respeito do Governo do Estado e a reposição é uma questão de justiça.

Não se pode continuar investindo no desmonte daqueles que pensam uma sociedade mais justa e mais humana, como disse a professora Inês Almeida, Presidente do Sindicato dos Professores: cada profissional que deixa o sistema leva um pedaço também da comunidade científica.

Não podemos deixar que a inflação, que de 95 pra cá foi de quase 90% de defasagem salarial, se colocarmos também as perdas acumuladas de uma inflação de 129%. Chegaríamos a esse valor e um professor auxiliar poderia receber 1.764 reais. É um salário pequeno ainda, mas que merece ser pago e não esses 960 reais de salário de ingresso na categoria de professor da Universidade Estadual de Londrina e de todas as entidades.

Esperamos a complacência, a benevolência das autoridades em relação a essa causa justíssima pelos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vimos ontem na apresentação do programa eleitoral, o candidato Rubens Bueno do PPS se apresentando à sociedade e ao povo paranaense. A expectativa das eleições trazem essas coisas simpáticas e necessárias para a vida política do Estado. Estamos vendo o desenrolar da campanha já iniciada. Na TV Educativa, temos o novo milagreiro, parece até o “padinho” Padre Cícero do Ceará operando milagres na economia, em outras parece o Jesus da Galiléia multiplicando os pães e os peixes. Vimos a figura até ridícula do Governador do Paraná querendo ser simpático com o povo paranaense; uma simpatia que chega a confundir os olhos, alguns já o viram até chorar abraçando uma professora no Teatro Guaíra depois de um emocionado discurso do seu irmão Maurício Requião. Essas são as pimentas da vida que ardem nos olhos ou em qualquer outro lugar, depende da escolha.

Vimos a carta marota mandada pelo Secretário da Educação, Maurício Requião, fazendo algumas recomendações ao Deputado Vanhoni, e acompanha as recomendações uma sugestão de comportamento ético feito pelo Maurício Requião. O mesmo que lava as calçadas da Gazeta do Povo com a calça jeans desbotada, o suspensó-

rio frouxo, caindo as calças pela sua parte traseira, escorregando, um modo de lenhador canadense, parecido com alguns engraxates também, que trabalham na Boca Maldita - sem desfazer dos engraxates, evidentemente. Assim é o cotidiano de uma eleição ou de um período pré-eleitoral onde as pessoas comparecem para vender a sua simpatia e o seu fingimento.

O Governador que vai ao Sudoeste, em Pranchita, em Santo Antônio, agride humildes agricultores daquelas plagas, humilha as mãos calejadas que não têm DAS's na família, têm que comer do seu próprio trabalho e do seu próprio esforço e, através dele, buscar o seu sustento e não são respeitados pelo mandatário deste Estado. É assim que estamos vendo este momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. tem um minuto, no Horário da Liderança do seu Bloco.

**Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PP/PSB**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

E assim caminha a humanidade. Este é um mundo cão que vivemos. O nosso John Wayne - como disse ontem, mas vou repetir - desce do seu cavalo ou cai do cavalo e vem para a planície, e aí pega carona num Peugeot dos anos 40 e vem à beira de uma rodovia mostrar a obra que não fez, mas que divulga e que quer pôr na cabeça do povo que foi ele o construtor de todo bem e de toda sabedoria existente no Estado do Paraná.

Muito cuidado, Sr. Presidente Hermas Brandão, porque o diabo anda solto e é um problema para os homens de bem.

Muito obrigado.

### **Horário das Lideranças:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

**Liderança do PT: Deputado André Vargas**

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria de público dizer - temos só o Deputado Barbosa Neto do PDT - que às vezes alguns comentários que se faz na imprensa comete-se alguma deselegância e ontem eu cometi esse deslize e essa deselegância e queria, de público, pedir desculpas.

Ao comentar o quadro político no Estado, disse - não deveria ter dito - que a candidatura do Senador Osmar Dias não vai vingar. Quem sou eu, que não sou do PDT nem do PSDB, para dizer algo nesse tom? Então, acho que equilíbrio faz bem e também quando se comete

algum deslize, faz muito bem reconhecer, é muito natural.

Política é feita por pessoas e as pessoas naturalmente podem cometer esses deslizes. Primeiro, hoje tudo o que se fala está no campo das suposições. Aquilo que era de manhã não é à noite e mesmo as conveções consolidadas, quem somos nós para comentar o comportamento alheio?

Então, já de plano, fiz questão de usar o Horário da Liderança do meu Partido para dizer que realmente espero que o quadro político no Estado do Paraná tenha o máximo de candidatos. O Senador Flávio Arns, dois milhões de votos, tem legitimidade para se apresentar. O Senador Osmar Dias, pela segunda vez tem legitimidade para se apresentar; tem idéias a serem defendidas, ambos, talvez, de forma diferenciada em alguns pontos, convergentes em outros, têm idéias. Acho que faz muito bem à democracia e isso pode perfeitamente acontecer.

Também no campo das suposições, existe a forte possibilidade, com a desistência do PMDB, de o PDT também não ter candidatura, pode acontecer de ter ou não. Existem também esses “senões” que estão sendo acompanhados.

Sinceramente, acho que faria bem para o quadro do Paraná neste momento, termos vários candidatos. Acho que o Senador Osmar Dias seria um bom candidato ao Governo do Estado. Temos o melhor candidato, na nossa opinião, que é o Senador Flávio Arns; certamente o PMDB tem a visão que o melhor candidato é o dele, que é o atual Governador. Podemos discordar, mas tem. Essa visão é natural, as alianças vão se formar. PSDB e o PFL também têm legitimidade, não só uma aliança com o Osmar, mas também tem o Álvaro Dias, hoje em qualquer pesquisa é o melhor posicionado. As Deputadas, Gustavo Fruet, ressalvadas as discordâncias ideológicas e políticas, têm legitimidade.

#### **O Sr. Barbosa Neto (PDT) (Aparte)**

Sr. Deputado André Vargas, não vejo aqui o Presidente do nosso Partido, Deputado Augustinho Zucchi. Estava aqui até agora, não sei se posso falar por ele. Não temos também a presença do nosso Líder, Deputado Luiz Carlos Martins, mas gostaria de cumprimentar V. Exa. por essa posição, pela sua elegância de subir à tribuna e pedir desculpas. Creio que podemos aceitá-la porque sabemos que às vezes avançamos o sinal, mesmo a própria imprensa, no afã de receber mais informações, acaba nos pressionando e acaba-se dizendo aquilo que não devia. Até me admira o Deputado Valdir Rossoni que, nas declarações de hoje à imprensa, disse: pergunte a outro, porque não sei mais o que dizer para vocês.

Chegamos nesse ponto de ebulição pré-eleitoral, se aproximando as convenções, mas sabemos que V. Exa. sempre teve uma elegância muito grande e acreditamos que seja válido dentro do aspecto político todo tipo de aliança ideológica ou não, mas temos que compreendê-

las; o que concordo com V. Exa. é que devemos ter o pensamento sendo representado.

Acho interessante a candidatura do Senador Flávio Arns, como seria interessante também a candidatura do próprio Governador Roberto Requião, de Rubens Bueno, do próprio candidato do PL, do ex-Prefeito de Guarapuava, o Burco. E nós vamos também mostrar que a partir do dia 19, o PDT, ao contrário do que muitos dizem, vão se surpreender, porque o Senador Osmar Dias será candidato e com certeza teremos um grande debate político e a sociedade vai saber decidir.

Sou contra apenas a eleição ser colocada, tirando os adversários da forma desleal como às vezes quer fazer o Governador do Estado, procurando as alianças mais esdrúxulas possíveis ou desmerecendo algumas candidaturas. Todas elas são merecedoras. É assim que funciona a democracia e todos aqueles que estão em dia com a justiça eleitoral e têm filiação partidária podem aspirar o cargo de candidato ao Governo do Estado.

Muito obrigado ao Presidente do Partido dos Trabalhadores por sua colocação nesta manhã.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB) (Aparte)**

V. Exa. está sendo muito objetivo. Primeiro, é um gesto de grandeza de V. Exa. em reconhecer um pequeno excesso. Uma elegância da sua parte. Acho que é estratégico até o que V. Exa. está fazendo, porque num segundo turno podemos estar todos juntos para combater o Governador do Paraná, que com certeza não será reeleito. Vejo a coisa assim: parece que o Governador é um jipe que está puxando forte. Daqui a pouco vai molhar o distribuidor, vai falhar o platinado, o rotor vai ficar fora de ponto e a máquina não vai andar. Tenho certeza absoluta disso. Quem já andou de jipe sabe o que estou falando. O platinado está queimado. Vamos em frente, porque a vitória vai ser das Oposições!

Muito obrigado!

#### **O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

O assunto vai merecer nossa atenção. Eu brincava com o Deputado Valdir Rossoni, com Augustinho Zucchi, acho que vale para o Deputado Dobrandino. Temos aqui quatro Presidentes Estaduais de Partidos. Essa função não é algo simples, tem que ter nervos de aço. E quando chega a época das convenções, quer dizer, o que se fala hoje pode realmente não se consolidar amanhã. São apostas, cenários. O Governador Roberto Requião constrói um cenário de alianças com o PSDB. Lógico que ele quer com isso limitar as candidaturas. Mas isso é legítimo. O Presidente Lula também faz isso. Um Prefeito que está na reeleição também faz isso. Ocorre que às vezes essa estratégia - e eu me lembro de Curitiba - e eu falava que é a estratégia de pensar só num turno. Pode ser uma estratégia ruim, porque a eleição pode ter um turno, mas se não tiver, qual será a alternativa? Isso é um problema de quem está no cargo, agora. Vamos disputar a eleição, queremos estar juntos com o Partido Socialista

Brasileiro, com o PL, do Vitor Hugo Burco, queremos estar juntos com outros Partidos. Pode ser aconteça e pode ser que não, no entanto, acredito que o quadro ainda vai se definir.

Queria fazer uma homenagem e explicar que hoje teríamos a votação do projeto dos professores. Os dois projetos, 149 e 150. Temos alguns professores aqui, mais professoras do que professores, como sempre, e queríamos fazer não só essa homenagem, mas essa informação que teremos a votação no final da marcha do dia 20, começa no dia 15, no feriado de Ponta Grossa, uma marcha de professores até aqui; no dia 20 votaremos esse projeto, temos um entendimento com o Presidente da Casa.

Apostamos ainda que possa ter algum avanço em relação à discussão com o Governo. Acredito que o Governador poderia nos acenar com alguma possibilidade, já que o fato concreto é que os servidores da educação de nível superior ganham, depois da aprovação do quadro geral, metade do que ganham outros com a mesma formação.

Portanto, no mesmo empregador, no mesmo Estado, temos essa disparidade em detrimento da função que se diz prioritária, que é a função dos educadores. Portanto, entendemos que a votação, o aceno que a Assembleia faz é que essa votação é importante. Há uma decisão judicial e decisão judicial tem que ser cumprida até que não seja cassada. Não foi cassada, ainda, determina que o Governador encaminhe também a esta Casa uma proposta de reajuste salarial. O Governador não a encaminhou; 22 Deputados apresentaram essa proposta que pode ser perfeitamente emendada. Temos estudos que estão dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, ao cumprir essa tarefa de apresentar o projeto, nós, na verdade, estamos atentos a decisões judiciais que foram tomadas e que o Governador deveria cumprir dentro dos limites, é claro, que a Lei Federal, a Lei de Responsabilidade impõem.

Portanto, essa votação tem esse caráter. Acredito que ela será acompanhada não só pelo setor educacional do nosso Estado, para os professores e servidores em educação, os dois projetos, o do PCCS e também o Plano de Cargos e Salários e Carreira, principalmente de Carreira dos servidores em educação, agentes educacionais e também a equiparação salarial, porque há uma forte tensão nas escolas.

Sr. Presidente, fiz ontem um apelo a V. Exa., se pudermos intermediar esta Casa, fazermos uma reunião com os líderes, indeterminarmos um avanço para que cheguemos a essa situação ideal. Evitaríamos o confronto aqui no Plenário. Diferente disso, confronto estabelecido, desgaste desnecessário, muitas vezes. Queria até dizer que eu, como um dos autores do projeto, quero tornar público para este Estado, todos aqueles Deputados que votaram de um jeito ou de outro, é legítimo isso, não vou mandar fazer, vou colocar no meu boletim para que saibamos quem está de um lado e quem está de outro.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta à Mesa. Aprovamos um requerimento há dezoito dias atrás, um pedido de informação à Secretaria da Comunicação sobre quanto é gasto com o jornal Hora H. E eu gostaria de saber da Mesa Executiva se há um prazo legal para que a Secretaria nos dê essa informação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Olha, há um prazo legal, vamos reformular a solicitação atendendo o apelo de V. Exa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PSDB.

(**Declina**)

PMDB. Deputado Dobrandino da Silva com a palavra.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanho as mais diversas declarações e pronunciamentos sobre essas discussões, possíveis coligações dos mais diversos Partidos. E entendemos, é assim mesmo, essas coisas só se definem, lá nas últimas horas que antecedem as eleições. O nosso Partido, que é um Partido grande, tem responsabilidade, vem discutindo, buscando entendimento como imagino que todos os Partidos, e esse é o mais legítimo e democrático dever de cada Partido.

Estamos discutindo propostas dentro das normas legais com o Partido principal, que é o foco da discussão conosco, que é o PSDB. E eu queria me referir agora à declaração do Deputado Barbosa Neto, falando que o PMDB do Governador Roberto Requião está discutindo uma coligação esdrúxula. Não posso admitir isso. O Deputado Barbosa Neto demonstra total imaturidade política. Não posso admitir. Esse Partido, o PSDB, é um Partido sério, e o nosso também, como acredito que seja na maioria, também o seu Partido, o PDT. Então, não pode se usar desses métodos, e V. Exa. como radialista e jornalista, tem uma facilidade para se pronunciar, mas muitas vezes extrapola, e tenho visto constantemente aqui nesta Casa de Leis. E essa declaração não serve para Partido sério como o nosso. Não é possível ficarmos calados diante de alguns pronunciamentos, como foi o caso agora, há poucos minutos, o pronunciamento do Deputado Domingos Scarpellini, meu amigo, linguajar que usa com o nosso Secretário da Educação, Maurício Requião, e tem usado isso constantemente com o nosso Governador.

Queria dizer a V. Exas., Deputados, o Governador Roberto Requião que vocês muitas vezes falam que é



motivo de chacota, foi Deputado Estadual nesta Casa, foi Prefeito de Curitiba, foi Governador do Estado do Paraná e é Governador atualmente, Senador da República, e com certeza será reeleito, e eu pergunto: será que o povo pensa como V. Exa.? E não foi uma vez que ocupou esses cargos de forma que não fosse por voto direito. Então, é uma pessoa que merece respeito desta Casa, porque os paranaenses respeitam e muito. Quem é contra Roberto Requião são aqueles que fazem oposição. Mas as pessoas de bem que recebem os benefícios do Governo do Estado e sabem como ele está trabalhando, não falam esse linguajar do Governador Roberto Requião.

Não concordo em quase tudo com o Governo Federal, mas tenho que me dirigir a ele com respeito. Não posso admitir na tribuna desta Casa, palavras que desmereçam a pessoa do nosso Governador.

Isso é democracia, mas temos que ter limite. Muitas vezes cai no descrédito da população, em função da forma que os membros desta Casa se dirigem ao povo do Paraná.

A nossa intenção de coligar com esse ou aquele Partido e hoje com o PSDB é legítimo, sincero e se der certo vai ser bom para o Paraná e vai ajudar o candidato à Presidência da República do PSDB.

Aqueles que não concordam comigo que se manifestem, mas venham com respeito, pois democracia é isso, mas dentro da legalidade, dentro da ética de um legislador. Mas, não posso concordar com a forma que algumas pessoas se dirigem ao PMDB, que tem história no Brasil. O Maurício Requião tem história, é um grande Secretário.

Gostaria de responder ao meu amigo André Vargas, que estamos também preocupados. Estamos conversando com o Governador para atender os professores. Tem pressão dos professores por melhoria salarial, mas tem pressão em outros segmentos do Governo que não foram totalmente atendidos, mas que este Governo tem feito um esforço enorme. E nenhum outro Governo corrigiu numa proporção tão elevada os salários de seus servidores como tem feito o Governador Roberto Requião.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)**

Apenas para não ficar um mal-entendido. Coloquei a palavra esdrúxula no sentido de não compreender essas aliança PSDB-PMDB, com todo respeito, pelo que vem dizendo nos últimos anos e pela história política do Governador Roberto Requião. Ele, que é de um Partido progressista e acusa o PSDB de neoliberal e de outras críticas que já conhecemos.

Em nenhum momento quis desrespeitar a figura do Governador, não foi nenhuma palavra feia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Até porque cada Parlamentar deve se preocupar com sua legenda. Ficar dando opiniões sobre legendas das quais não faz parte é difícil.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)**

Fiquei muito feliz com as colocações do Deputado Dobrandino da Silva. Apenas fiz uma constatação daquilo que estamos vendo que ocorre pelo Paraná. Não inventei nenhuma história, apenas contei os fatos e talvez coloquei alguns adjetivos próprios da minha interpretação, mas fatos não se discutem, não há como você querer dizer que o fato não existiu.

Lá no recanto paranaense de Santo Antônio do Sudoeste, o Governador agrediu os agricultores; o Secretário Maurício Requião tem sistematicamente feito uma campanha contra a Gazeta do Povo e contra alguns setores da sociedade paranaense. Eu descrevi fatos que estão acontecendo na política paranaense. Até disse que ontem o candidato Rubens Bueno apareceu no horário político acompanhado de sua esposa falando que era o dia dos namorados. Isso tudo foi o que eu disse. Agora, não posso ditar juras de amor ao Governador Roberto Requião...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vou fazer um apelo para tirar das notas taquigráficas isso que V. Exa. falou.

**(Retirada das notas taquigráficas, conforme solicitação do Presidente, uma fala anterior do Deputado José Domingos Scarpellini)**

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Isso é entre aspas, é só V. Exa. entender as colocações. O Governador foi a Apucarana, fez um discurso na presença de mil e quinhentas pessoas, em um clube, e disse que fez o seminário junto com o padre Valter, de Apucarana, porque estudaram juntos. Quem vai querer “gozar” na cara do povo é o Governador Roberto Requião, com essas colocações que faz.

Então, venho aqui...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado, peço para V. Exa. concluir. Isso não é Questão de Ordem.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Não, é que eu fui citado dez vezes na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa., por gentileza, conclua.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Eu disse que o diabo está solto e parece que está mesmo! Não posso conter e segurar o diabo sozinho! Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Liderança da Oposição; Liderança do Governo.  
**(Declinam)**

## ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 36 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão / Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 750/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, concedendo título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Maurício Milani Rua - Maurício Shogun. **Aprovado. (Publ. no DA nº 133/05, de 29/11/05, em Projetos de Lei)**

## ***3ª Discussão***

### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a comercialização de garrações reutilizáveis e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre campanhas permanentes de prevenção, controle e combate ao hipotireoidismo, em todo o Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 140/06, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declarando de Utilidade Pública a Associação Maanaim de Assistência - Ama, com sede e foro no município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 263/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Agentes Ambientais e de Reciclados Palotina Preserva A-Pava, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Alto Paraíso, com sede no município de Alto Paraíso e foro no município de Icaraíma. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, autorizando o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CO AO SUBSTITUTIVO GERAL. (Publ. no DA nº 024/06, de 03/04/06, em Mensagens)

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 165/06**

## **P A R E C E R :**

### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como escopo autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, atualmente geridos pela Agência de Fomento S.A., reduzindo seu patrimônio aos quais serão recolhidos ao Tesouro Geral do Estado. Autoriza ainda a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para utilização com as despesas que especifica.

### **Legitimidade**

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

Art. 133. *Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

(...)

*II - as diretrizes orçamentárias anuais;*

*III - os orçamentos anuais.*

(...)

§ 10. *Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.* (grifo nosso)

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa.*

Ainda a respeito da matéria tratada pelo referido projeto, a Constituição Estadual ratifica:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência do Poder Executivo, havendo, portanto, legitimidade para sua propositura.

Porém, faz-se necessário ressaltar o disposto no artigo 167, VII da Constituição Federal que a respeito dos orçamentos, veda expressamente:

*Art. 167. São vedados:*

*(...)*

*VII - a concessão ou utilização de créditos limitados;*

*(...)*

O presente projeto de lei tem como escopo a utilização geral dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, desrespeitando o estabelecido no artigo supracitado. Para sanar tal irregularidade, indica-se a utilização do substitutivo geral em anexo, que estipula o valor a ser destinado ao referido projeto.

#### **Fundamentação**

Com a análise do artigo 36 da Lei 14.783, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006, temos que, o referido projeto encontra respaldo legal por legislar dentro dos limites legais expostos pelo referido artigo:

*Art. 36. A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite máximo de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício. (grifo nosso)*

Conforme o artigo 4º da Lei 14.977, os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta estimam uma receita líquida de R\$ 16.497.968.705,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinco reais), o que apenas ratifica que o projeto de lei encontra-se dentro dos limites legais ao aprovar uma abertura de crédito em valor inferior a 10% da receita fixada para o exercício.

Ademais, o referido projeto de lei traz anexos os demonstrativos de cobertura desses recursos que serão de cancelamento de dotação do próprio órgão.

#### **Constitucionalidade**

Os créditos adicionais referentes ao projeto de lei em questão serão destinados à construção, melhorias e adaptações nas escolas e postos de saúde da rede pública, e à aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação do Estado.

Sobre a matéria em tela, J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, em sua obra “A Lei 4.320 Comentada” nos ensina que:

*São condições básicas para abrir créditos especiais ou suplementares:*

*- a prévia autorização legislativa;*

*- a indicação de recursos.*

Analisando os requisitos exigidos para tal proposição, verifica-se que o referido projeto encontra os respaldos legais, e encontra-se em consonância com a melhoria da condição de vida da população, ao melhorar as condições das escolas, postos de saúde e nos serviços prestados à população paranaense.

#### **Conclusão**

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação na forma do Substitutivo Geral em anexo ao Projeto de Lei nº 165/06.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 165/06**

O Projeto de Lei nº 165/06 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões) do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, de que trata a Lei Estadual nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A., reduzindo, conseqüentemente, seu patrimônio.

Art. 2º Dos recursos financeiros mencionados no artigo 1º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado imediatamente, a abrir créditos adicionais no valor especificado, para atender às seguintes despesas:

I - R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados à construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e à aquisição de equipamentos;

II - R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisição de equipamentos;

III - R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação.

Art. 3º As aplicações dos respectivos recursos de que trata essa lei deverão ser devidamente detalhadas em relatório específico e encaminhado para ciência do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 165/06

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo geral da lavra do Relator, Reni Pereira.

#### Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, e se encontra com as normas que regem o Orçamento do Estado, tendo em vista que não ultrapasse o limite de 10% (dez por cento) da receita fixada para o exercício de 2006.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 165/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 026/06, autoriza o Poder Executivo a utilizar trinta milhões do Fundo do Desenvolvimento Econômico - FDE, de que trata a Lei Estadual nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A.

Dos recursos financeiros mencionados, o Poder Executivo abrirá créditos adicionais para atender as despesas de: R\$ 12.410.000,00 (doze milhões, quatrocentos e dez mil reais), na Secretaria de Estado da Educação, destinados à construção, melhorias e adaptações de escolas públicas e à aquisição de equipamentos; R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), na Secretaria de Estado da Saúde para construção, melhoria e adaptações de prédios e aquisição de equipamentos; R\$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais), na Secretaria de Estado da Segurança Pública, destinados ao

pagamento de despesas decorrentes da aquisição de equipamentos necessários à modernização do Instituto de Identificação. Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável na forma de substitutivo geral, através do relator, Deputado Reni Pereira. A Comissão de Finanças, através do relator, Deputado José Maria Ferreira manifestou-se favoravelmente à tramitação da proposta em relação ao seu mérito.

Chamada a opionar, conforme preceitua o parágrafo 4º do artigo 33 do Regimento Interno, posicionamo-nos com parecer favorável, com apresentação de emenda aditiva.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim, a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais, é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 165/06

Inclua-se onde couber:

Art. ... Ficam incluídas nos incisos II, IV, VI e VII do artigo 13 da Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, as expressões “por projetos/atividades”.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1537, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por três Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por três Sessões do Projeto de Lei nº 165/06.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revogando a Lei nº 11.262, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Centro Novo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 170/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 11.262, de 21 de

dezembro de 1995, que criou o município de Centro Novo.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 19:

*Art. 19. Lei Complementar Estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios.*

*§ 1º Os seguintes requisitos serão observados na criação de município:*

*I - efetivação por lei estadual;*

*II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei;*

(...)

Conforme verificamos, a consulta popular foi elaborada, porém teve cunho negativo, conforme registro no acórdão nº 20.322, de 14 de dezembro de 1995, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005 (reforma do próprio Centro de Convenções). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17/05/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 259/06

P A R E C E R :

### Relatório

O projeto de lei acima epigrafado foi encaminhado pelo Chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem nº 34/06, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos Pares desta Casa, e tem como proposta *aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977,*

*de 28 de dezembro de 2005 (Reforma do próprio Centro de Convenções).* (sic)

Na justificativa o autor diz que o ajustamento proposto tem por finalidade atender à reforma do Centro de Convenções de Curitiba, adquirir divisórias para o palco, cortinas de palco, reforma de banheiros, reforma da recepção, despesas com outros serviços de terceiros e pessoa jurídica, despesas com material de consumo e despesas com obrigações tributárias e contributivas.

Diz ainda, que *os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro do próprio Centro de Convenções, apurado em balanço patrimonial do exercício de 2005.*

É o relatório.

### Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

O pleito governamental encontra supedâneo no parágrafo 7º do artigo 134 da Constituição do Estado que reza:

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciadas pela Assembleia Legislativa.*

*§ 7º Os recursos que, em decorrência do veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.*

Já quanto à técnica legislativa, há de se modificar o artigo 4º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, artigo 9º, a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim, atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 4º do projeto de lei em análise.

### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma da emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 259/06

Art. 1º Modifica a redação do artigo 4º do Projeto de Lei nº 164/06, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 259/06

P A R E C E R :

**Histórico**

O presente Projeto de Lei nº 259/06, de autoria do Poder Executivo, autoriza abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais) ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com substitutivo geral da lavra do Deputado Relator, Hermes Fonseca.

**Fundamentação**

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, e se encontra de acordo com as normas que regem o Orçamento do Estado.

**Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 259/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 34/06, dispõe sobre aprovação de crédito suplementar no valor de R\$ 573.000,00 (quinhentos e setenta e três mil reais), ao vigente orçamento do Centro de Convenções de Curitiba - CCC, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

**Fundamentação**

A Lei Estadual nº 14.977/05, estima receita e fixa despesa para o exercício de 2006, dispondo sobre ajuste no orçamento do Estado.

Os recursos aqui tratados visam atender à reforma do Centro de Convenções de Curitiba.

Servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de superávit financeiro, usando a Fonte 250 (diretamente arrecadados) apurado no Balanço Patrimonial do Centro de Convenções de Curitiba, no exercício de 2005.

**Conclusão**

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o Regimento Interno no artigo 33,

parágrafo 4º, desta colenda Casa, posicionamo-nos favoravelmente à aprovação da matéria objeto deste parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/06, aprovando um reajuste alterando o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 054/06, de 23/05/06, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 285/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como objetivo ajustar o orçamento vigente da Secretaria de Estado da Educação. O recurso é proveniente de cancelamento de dotação da própria Secretaria e será destinado para a ampliação e melhoria no Cetepar e Colégio Estadual Jamile Dequech.

**Legitimidade**

A Constituição do Estado assegura:

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.*

A mesma Constituição veda:

*Art. 135. São vedados:*

*VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;*

Diante dessa previsão, o presente projeto de lei apresenta-se em consonância com a exigência normativa constitucional, visto que, subsumiu ao exigido e indicou a origem dos recursos, bem como seu destino, e neste momento cumpre a autorização legislativa.

**Conclusão**

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação do referido projeto de lei, com a adoção da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 285/06

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento desta Casa, apresento a emenda modifi-

cativa ao artigo 4º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 285/06

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 043/06, tem como objetivo alterar o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais).

**Fundamentação**

Esta Comissão instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que a matéria encontra-se devidamente justificada pelo autor. Esclarece ainda que os recursos aqui tratados referem-se a ampliação e melhorias no Cetepar e Colégio Estadual Jamile Dequech.

Outrossim, constata-se que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

**Conclusão**

Assim sendo, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 285/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 43/06, visa a aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e três reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

**Fundamentação**

A Lei Estadual nº 14.977/05, estima receita e fixa despesa para o exercício de 2006, dispondo sobre ajuste no orçamento do Estado.

Os recursos aqui tratados referem-se a ampliação e melhorias no Cetepar e Colégio Estadual Jamile Dequech.

Servirá como recurso para cobertura de crédito, igual importância proveniente de cancelamento da natureza de despesa 449051 (obras e instalações).

**Conclusão**

No que compete a esta Comissão se manifestar, conforme preceitua o Regimento Interno no artigo 33, parágrafo 4º, desta colenda Casa, nos posicionamos favoravelmente à aprovação da matéria, objeto deste parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.06.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 11**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 015/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, sugerindo o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua, com sugestões de alteração da Lei nº 8927, de 28/12/88 - Lei do ITCMD. **Aprovada. (Publ. no DA nº 062/06, de 31/05/06)**

**ITEM 12**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 042/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 330/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que obriga as empresas de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal nº 3099 de 24/02/57, e o Decreto nº 50.532 de 05/1961, bem como os escritórios de detetives particulares autônomos, e as entidades que ministrem cursos de treinamento desses profissionais a se cadastrarem perante o poder público, e define informações e requisitos básicos de interesse da administração e dá proteção ao consumidor. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 103/06

Curitiba, 08 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 040/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 330/05, por julgá-lo inconstitucional porque, ao fixar multas vinculadas ao valor do salário mínimo, afronta preceito contido no artigo 7º, inciso IV *in fine*, da Magna Carta Federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 330/05 encontra-se publicado o DA nº 051/05, de 31/05/05, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 042/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 330/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo obrigar as empresas de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal nº 3099 de 24/02/2957, e o Decreto nº 50.532 de 05/1961, bem como os cursos de treinamento desses profissionais, a se cadastrarem perante o poder público, e define informações e requisitos básicos de interesse da administração e da proteção ao consumidor.

**Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através do seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

Solicito à Deputada Elza Correia que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votação.

Os que forem favoráveis à manutenção do veto votarão com a cédula SIM - a branca; os favoráveis à derrubada do veto votarão com a cédula NÃO - a preta.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

**(Procede à chamada nominal para votação)**

Trinta e cinco votantes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados José Maria e Marcos Isfer para que procedam ao escrutínio.

Quero participar aos Srs. Parlamentares que a Sessão de amanhã será pela manhã às 09h30.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

Sr. Presidente, 24 SIM e 11 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está mantido o veto e rejeitado o projeto.**

**Requerimentos**

Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 1534 e 1535, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1536, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1538, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1539 e 1540, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, às 09h30, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 060 e 230/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 560 e 651/05; 098, 170, 251, 259, 285, 301, 303 e 305/06; e dos Projetos de Resolução nºs 010 e 011/06.

Levanta-se a Sessão.

